



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



26 de maio de 2008

Vol. 3 No. 10

NOTÍCIAS MULTILATERAIS	1
Novos textos: poucas mudanças em agricultura, mais flexibilidades em NAMA	1
UE negocia associação econômica com Rússia	3
NOTÍCIAS REGIONAIS	4
V Cúpula ALC-UE: comércio domina a pauta	4
Confusão: nova <i>Farm Bill</i> passa no Congresso dos EUA, é vetada pelo Presidente e tem veto anulado	6
BREVES MULTILATERAIS	7
Brasil responde a questionamentos sobre subsídios perante a OMC	7
Distorção nos critérios de sustentabilidade para biocombustíveis preocupa Brasil	8
BREVES REGIONAIS	9
Crise política na Bolívia	9
CAN: novo modelo de desenvolvimento é necessário para enfrentar as mudanças climáticas	10
EVENTOS	10
INFORMAÇÕES ÚTEIS	13

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva "inscrição" e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Novos textos: poucas mudanças em agricultura, mais flexibilidades em NAMA

Os presidentes dos comitês de negociação para agricultura e acesso a mercado de bens não agrícolas (NAMA, sigla em inglês), divulgaram, em 19 de maio passado, as novas versões revisadas dos textos de negociação.

Os documentos representam um passo vital para o lançamento do processo de negociações horizontais e inter-setoriais – entre agricultura e NAMA – com o objetivo de reduzir tarifas e subsídios. Isso já seria a preparação para uma possível reunião ministerial que, por sua vez, deve resultar em um acordo de Doha.

Texto de agricultura

O documento do Embaixador Crawford Falconer, presidente do Comitê de Agricultura, incorpora o progresso gradual alcançado em temas como "produtos tropicais", mas não apresenta variações em assuntos como a percentagem da redução do apoio global que distorce o comércio.

O texto revisado apresenta menos colchetes que o texto anterior – utilizados para indicar a falta de consenso em determinado assunto. Delegados em Genebra, entretanto, afirmam que o documento traz diversos temas não resolvidos e que Falconer limitou-se a re-escrever as diferenças existentes entre os Membros, mas de forma diversa do texto anterior.

Acesso a mercados: área mais controversa

Das três áreas que compõem as negociações agrícolas – apoio doméstico, subsídios à exportação e acesso a mercados –, essa última continua sendo a que causa maiores problemas.

Os Membros concordaram que as tarifas serão classificadas em duas faixas e que as mais elevadas sofrerão reduções maiores. Não há, entretanto, acordo relativo à percentagem de redução que será utilizada

para cada faixa. As reduções para a faixa superior permanecem entre colchetes.

Produtos sensíveis: texto incorpora novo compromisso

O novo texto traz a complexa metodologia utilizada para designar produtos sensíveis (ver Pontes Bimestral v. 4 n. 2, abril 2008). Tal metodologia, sugerida pelo G-6, permite aos países selecionar produtos a um nível de oito dígitos do sistema harmonizado, utilizando informações relativas ao consumo doméstico na determinação do nível de expansão das quotas tarifárias para cada produto sensível.

Produtos tropicais e erosão de preferências

Os países latino-americanos que lutam por uma maior liberalização dos produtos tropicais continuam negociando o tema, informalmente, com a União Européia (UE). Da mesma forma procedem os países da África, Caribe e Pacífico (ACP), pois temem que a liberalização de tais produtos possa prejudicar sua competitividade (erosão de preferências).

Produtos especiais

No que se refere aos produtos especiais, o texto inclui cláusulas, entre colchetes, que eventualmente permitirão os países em desenvolvimento (PEDs) designar um mínimo de 8% e um máximo de 20% de suas linhas tarifárias como tais.

Mecanismo de salvaguarda especial: duas opções possíveis

O documento revisado reorganiza as opções apresentadas no texto anterior em matéria de mecanismos de salvaguarda especial (MSE). Duas opções foram estabelecidas: (i) as salvaguardas não serão limitadas pelas tarifas consolidadas após a Rodada Uruguai e, portanto, mais facilmente ativadas; e (ii) as salvaguardas serão mais dificilmente ativadas. No caso de grandes aumentos repentinos de importações, os Membros estariam limitados aos níveis consolidados na Rodada Uruguai e no caso de aumentos menores, aos níveis consolidados na Rodada Doha.

Apoio doméstico e subsídios à exportação

O novo texto mantém entre colchetes a percentagem de redução para apoio global que causa distorção ao comércio para os Estados Unidos da América (EUA), Japão e UE: 66 a 73% para os EUA e Japão e 75 a 85% para os europeus.

Falconer sugeriu uma reunião aberta em 26 de maio para que todos os Membros possam apresentar suas primeiras reações aos textos revisados. O presidente das negociações agrícolas também indicou que, se os Membros estiverem prontos para resolver suas diferenças, ele organizará consultas entre um pequeno grupo formado por aproximadamente 30 delegações (as quais vêm se reunindo desde setembro de 2007 e representam os diferentes interesses dos Membros).

NAMA

A principal novidade do texto revisado de NAMA é com relação aos PEDs: esses poderão, em troca de coeficientes mais baixos, proteger um número maior de importações às reduções tarifárias.

Para a fórmula de redução tarifária, o presidente do Comitê para NAMA, o Embaixador Don Stephenson, sugere um coeficiente entre 7 e 9 para países desenvolvidos (PDs), ao invés de 8 e 9 na versão de julho de 2007 do documento. Para os PEDs, Stephenson introduziu algumas mudanças significativas ao agregar faixas de valores que dependem das flexibilidades utilizadas: 19-21; 21-23 e 23-26 – no texto anterior os coeficientes destinados aos PEDs variavam entre 19 e 23.

Desta forma, o país que optar pela faixa de coeficientes entre 19 e 21 poderá sujeitar de 12 a 14% de suas linhas tarifárias à metade das reduções da fórmula, contanto que essas não excedam entre 12 e 19% do valor total das importações de bens manufaturados. Uma alternativa a essa opção seria isentar completamente entre 6 e 9% de suas linhas tarifárias, desde que essas não excedam entre 6 e 9% do valor total das importações industriais.

Para a faixa de 21 a 23, foram utilizados os valores “10” e “5”, previamente acordados em julho de 2007. Aqueles que optarem pelos coeficientes entre 23 e 26 não terão direito a flexibilidades.

Flexibilidades adicionais para PEDs

No que diz respeito às flexibilidades adicionais, o texto inclui exceções para: África do Sul, Bolívia, Camarões, Congo, Cuba, Gana, Quênia e Sri Lanka. O Mercosul pretende excluir seu comércio interno dos cálculos para o valor das importações e, com isto, conseguir mais flexibilidade. Para a Venezuela, prevê-se um tratamento equivalente àquele concedido às economias pequenas e vulneráveis (aquelas cuja participação no comércio mundial é menor que 0.1%), ou seja, a fórmula suíça não será utilizada para suas reduções tarifárias, mas sim o nível médio de seus níveis tarifários atuais.

Os países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) estarão isentos dos compromissos em NAMA e os países que recentemente acederam à OMC (como China e Taiwan), poderão ter de 2 a 3 anos a mais para reduzirem suas tarifas.

Don Stephenson convocou uma reunião durante a semana de 26 de junho para que os Membros possam expressar suas primeiras reações ao esboço de texto revisado e decidir se passarão ao processo de negociações “horizontais”.

Tradução, adaptação e complementação de artigo originalmente publicado em: *Puentes Quincenal* Vol. 5, No. 10, 21 mai. 2008.

UE negocia associação econômica com Rússia

A União Europeia (UE) dará início a negociações sobre um acordo de associação econômica com a Rússia. A decisão foi anunciada em 11 de maio, após reunião entre o Conselho da Presidência Eslovena – que cumpre o mandato na UE até julho de 2008 –, a Comissão Europeia e a Lituânia. A presença desse último país justifica-se pelo fato de sustentar um veto à proposta de negociação, sob o argumento de que desaprova a interferência russa na Geórgia e a falta de cooperação das instituições jurídicas da Rússia na reparação das vítimas do regime stalinista, além de questões relativas à segurança energética. Em finais do ano passado, a Polônia também havia acenado descontentamento com o veto declarado por Moscou à sua carne sob alegação de insalubridade.

O mandato da Comissão que negociará o acordo de associação econômica com a Rússia já havia sido debatido em 29 de abril, em Luxemburgo. No entanto, não houve, nessa ocasião, consenso entre os Ministros de Relações Exteriores da UE quanto ao texto que será apresentado à delegação russa como ponto de partida das negociações. Espera-se que o acordo alcançado em 11 de maio seja confirmado na próxima reunião do Conselho, que ocorrerá em 26 de maio.

De todo modo, a aprovação do início das negociações assinala a ampliação e o aprofundamento da relação entre UE e Rússia, que, desde 1997, é pautada em um acordo que define linhas de cooperação mais abrangentes.

Do convênio à associação econômica

O Acordo de Parceria e Cooperação (PCA, sigla em inglês) entre UE e Rússia entrou em vigor em 1997 e foi prorrogado por dez anos e doze meses, sucessivamente. O PCA estrutura-se sobre cinco pilares, definidos na Conferência de São Petersburgo

em maio de 2003: (i) economia; (ii) liberdade; (iii) segurança e justiça; (iv) segurança exterior; e (v) pesquisa, educação e cultura.

As consultas bilaterais regulares ocorrem em conformidade com o desenho institucional criado pelo PCA, destacando-se a realização de conferências de Chefes de Estado e Governo duas vezes por ano e um Conselho Permanente de Parceria no nível ministerial (constituído por Ministros de Relações Exteriores, Justiça, Assuntos Domésticos e Energia).

Desde a entrada em vigor do PCA, a relação comercial entre as partes é regulada por um Acordo de Comércio Interino, assinado em junho de 1995. Nele, os princípios estabelecidos – similares àqueles da Organização Mundial do Comércio (OMC), como não-discriminação, transparência e boa governança – visam à proteção de direitos de propriedade intelectual, à eliminação de barreiras de comércio e investimentos e à promoção de reformas concorrenciais.

O último encontro entre as duas partes a respeito do PCA ocorrera em 26 de outubro de 2007, em Mafra, Portugal. Na ocasião, foram assinados acordos de cooperação para combate às drogas, acesso à exportação de aço russo à UE e cooperação cultural. A fim de sinalizar disposição em tratar um dos temas mais polêmicos da relação bilateral, a delegação russa apresentou proposta de criação de um instituto de observação dos direitos humanos, que poderia ser sediado em Bruxelas ou em outra cidade. Além disso, o Presidente russo, Vladimir Putin, convidou uma missão de observadores às eleições ocorridas em março de 2008. As sinalizações foram bem recebidas por representantes da UE.

Após a reunião, Putin demonstrou satisfação e otimismo em relação ao início das negociações do acordo de associação econômica, mas ressaltou que cabia à UE dar o primeiro passo nessa direção.

Os interesses europeus em aprofundar os laços com a Rússia não são recentes: o intercâmbio comercial bilateral vem crescendo, com destaque para a exportação de energia para os países da UE – que representam 60% das exportações russas ao bloco europeu e equivalem a mais de 60 bilhões de euros por ano – e o porte do mercado russo para bens e serviços europeus. Ademais, o processo de ampliação da UE em 2004, marcado pela entrada de diversos países da Europa do Leste, aproximou as fronteiras do bloco e da Rússia.

Paralelamente, a OMC

É importante destacar que a Rússia também se encontra em processo de acesso à OMC. A

solicitação de entrada na Organização foi feita pela delegação russa em junho de 1993, quando foi criado um Grupo de Trabalho para acompanhar o processo de adaptação da economia russa a uma economia de mercado. As negociações entre a OMC e a Rússia encontram-se mais desenvolvidas na área de comércio de bens.

Ao que tudo indica, a estratégia de negociação adotada pela UE em relação à Rússia objetivará a complementação do processo de acesso frente à OMC. Em outras palavras, a Comissão Européia buscará vantagens no acordo de associação econômica com a Rússia que somente serão obtidas às custas de maiores dificuldades nas negociações de acesso à OMC. Essa tem sido a estratégia adotada por Bruxelas em negociações bilaterais – suprir lacunas de seu interesse que somente serão preenchidas no âmbito da OMC em prazos mais extensos – e, muito provavelmente, também será a estratégia frente à Rússia (ver *Pontes Bimestral*, Vol. 3, No. 5, disponível em: <<http://www.ictsd.org/monthly/pontes/PONTES3-5.pdf>>).

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Comissão Européia. “The Partnership and Cooperation Agreement (PCA)”. Disponível em: <http://ec.europa.eu/external_relations/russia/intro/index.htm>. Acesso em: 22 mai. 2008.

Comissão Européia. “Protocol to the PCA” (27/04/2004). Disponível em: <http://www.delrus.ec.europa.eu/en/p_243.htm>. Acesso em: 19 mai. 2008.

OMC, *site* oficial. “Accessions- Russian Federation”. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/acc_e/a1_russia_e.htm>. Acesso em: 22 mai. 2008.

Presidência Eslovena da UE 2008. “Agreement on start of negotiations for new Partnership and Cooperation Agreement with Russian Federation” (11/05/2008). Disponível em: <http://www.eu2008.si/en/News_and_Documents/Press_Releases/May/0511MZZrusija.html>. Acesso em: 22 mai. 2008.

Presidência Eslovena da UE 2008. “Declaration by the Presidency on behalf of the EU on the escalation of tension between Georgia and Russia” (02/05/2008). Disponível em: <http://www.eu2008.si/en/News_and_Documents/CFS_P_Statements/May/0502MZZ_Gruzija.html>. Acesso em: 20 mai. 2008.

NOTÍCIAS REGIONAIS

V Cúpula ALC-UE: comércio domina a pauta

Após transcorrer com uma pauta que tratou, entre outros temas, de pobreza, desigualdade, desenvolvimento sustentável, meio-ambiente, mudança climática, energia e sociedades mais inclusivas, a V Cúpula da América Latina e Caribe (ALC) com a União Européia (UE) culminou com declarações de boas intenções quanto aos temas discutidos, mas com modestos resultados concretos.

Celebrada entre os dias 15 e 17 de maio em Lima, Peru, a Cúpula constituiu um foro de diálogo político periódico que reúne, a cada dois anos, os Chefes de Estado e Governo das duas regiões. Em comparação à primeira reunião, ocorrida no Rio de Janeiro em 1999, o contexto político-econômico sofreu diversas transformações, como as altas taxas de crescimento na América Latina, a expansão da UE, a crise alimentar e a alta do petróleo. Tais mudanças favoreceram a inclusão de temas sociais e ambientais na pauta da Cúpula, apesar de questões como imigração, tráfico de drogas e processos de integração terem permanecido intocadas na pauta. O real destaque da pauta foi, entretanto, a integração comercial.

Intensas discussões sobre acordos de associação

No que tange à liberalização comercial, “mini-rodadas” de negociação com vistas à adoção de acordos de associação foram levadas a cabo pela UE e países da América Central, Comunidade Andina e Mercosul. Nos dois primeiros casos, definiu-se como meta a conclusão das negociações em 2009.

No caso do Mercosul, as conversas iniciadas há quase uma década seguem bloqueadas desde 2004, por falta de consenso sobre a extensão das concessões mútuas a serem acordadas. Por um lado, os países do Mercosul exigem abertura dos mercados europeus a seus produtos agrícolas. Por outro, a UE enfatiza que tal abertura não será concedida sem concessões nos setores de indústria e serviços. Assim, a negociação depende totalmente dos resultados a serem obtidos na Rodada Doha da OMC, razão pela qual a Declaração de Lima se limitou a ressaltar a importância de um acordo de associação mais equilibrado entre os dois blocos, reafirmando o compromisso de concluir as negociações tão logo as condições permitam. Há, ainda, uma menção à importância da conclusão oportuna e exitosa da Rodada Doha.

No que diz respeito aos países andinos, foram mais uma vez evidenciadas as diferenças internas quanto ao ritmo e alcance das negociações. Os europeus abandonaram a estratégia de negociação bloco a bloco com a apresentação de uma proposta que contempla uma integração “a múltiplas velocidades”. A idéia é deixar em aberto aos sócios com maiores dificuldades a opção de incorporar os acordos de maneira progressiva. Tal proposta visa a permitir que Peru e Colômbia integrem-se mais rapidamente, mesmo diante das resistências oferecidas por Bolívia e Equador.

No caso das negociações com a América Central, foi ressaltado que o Panamá será incluído no acordo. Para tanto, deverá primeiro incorporar-se formalmente ao processo de integração econômica regional da América Central, ratificando o Protocolo de Guatemala. Os representantes centro-americanos demonstraram preocupação durante as negociações com relação à postura comercial “dura” adotada pela UE.

Chile e México são os únicos países da ALC que já concluíram acordos de associação com a UE. Os líderes presentes na Cúpula avaliaram positivamente tais acordos, aproveitando o quinto aniversário do Tratado de Associação com o Chile para atualizá-lo e rebatizá-lo, por proposta chilena, como “Associação para o Desenvolvimento”. Quanto ao México, decidiu-se pela concessão do estatuto de “sócio estratégico” da UE, título de exclusividade brasileira até então.

A Declaração reforçou, ainda, sua desaprovação ao embargo estadunidense a Cuba, condenando firmemente “todas as medidas coercitivas de caráter unilateral e efeito extraterritorial que sejam contrárias ao direito internacional e às normas costumeiras de livre comércio”. A declaração condena expressamente a aplicação das disposições extraterritoriais da Lei Helms-Burton e afirma que práticas como essa representam uma ameaça grave ao multilateralismo.

Temas sociais e ambientais com poucos instrumentos efetivos

Mais uma vez, a Cúpula bi-regional terminou com uma declaração de boas intenções, mas carente de instrumentos tangíveis para torná-la realidade. A declaração reconhece que apesar do progresso alcançado, a pobreza, a desigualdade e a exclusão continuam obstaculizando o acesso de diversos setores da população da ALC à igualdade de oportunidades. A declaração não apresenta, contudo, prazos nem recursos concretos para combater tais problemas.

No campo da energia, as partes comprometeram-se a desenvolver cooperação entre as duas regiões. Entre outras questões, abordou-se a diversificação das fontes de energia, o melhoramento dos processos de eficiência energética, o desenvolvimento de novas tecnologias e a melhoria do uso dos serviços de energia como o transporte público das grandes cidades, entre outros.

No que diz respeito à promoção da sustentabilidade ambiental, as partes acordaram em fortalecer e implementar plenamente a Convenção sobre diversidade biológica e trabalhar conjuntamente para atingir a meta de biodiversidade em 2010.

Os biocombustíveis foram objeto de intensos debates durante a Cúpula. Por um lado, a UE manifestou suas preocupações quanto aos aspectos sociais e ambientais de sua produção, bem como seus possíveis impactos sobre o preço dos alimentos. Por outro lado, o Presidente Lula chamou de “contraditórias” as críticas, defendendo os efeitos ambientais positivos dessa matriz energética “não emissora de CO₂”. O Primeiro-Ministro espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, atenuou as críticas e afirmou que os efeitos dos biocombustíveis sobre os preços alimentares não seriam tão evidentes. No geral, a Declaração de Lima foi modesta ao tratar do assunto, firmando apenas um compromisso de trabalho conjunto para a troca de experiência sobre tecnologia, normas e regulamentos nessa matéria.

Cúpula alternativa condena acordos de associação

Paralelamente à realização do evento, organizações sociais, políticas e populares de trabalhadores camponeses da ALC e UE reuniram-se em Lima, na III Cúpula dos Povos. Em sua declaração final, condenaram os Acordos de associação propostos pela UE e apoiados pelos governos da ALC. Para os participantes, é possível uma integração distinta, baseada na livre determinação dos povos e no respeito ao meio-ambiente e aos direitos humanos.

A VI Cúpula ALC-UE acontecerá na Espanha, em 2010.

Tradução, adaptação e complementação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. 5, No. 10, 21 mai. 2008

Fontes consultadas:

Declaración de Lima (17/05/08). Disponível em: <<http://www.vcumbrealcue.org/website/downloads/decl>>

aracion/declaracion_lima.pdf> .Acesso em: 22 mai. 2008.

La Nación, *Tensa polémica entre Cristina y la UE* (18/05/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=455807>. Acesso em: 22 mai. 2008.

Agência AFP, *El debate del biocombustible calentó la cumbre UE-Latinoamérica* (18/05/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=456023>. Acesso em: 22 mai. 2008.

El Mercurio, *Razones de la UE para una asociación estratégica* (15/05/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=455002>. Acesso em: 22 mai. 2008.

Agência AFP, *Commerce: négociations laborieuses entre Européens et Latino-américains* (18/05/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=455927>. Acesso em: 22 mai. 2008.

Confusão: nova Farm Bill passa no Congresso dos EUA, é vetada pelo Presidente e tem veto anulado

A nova lei agrícola estadunidense – conhecida como *Farm Bill* – apresenta um orçamento de cerca de US\$ 290 bilhões para os próximos dez anos. Apesar de ter sido aprovada pela Câmara dos Deputados (por 316 votos a favor e 108 votos contra) e pelo Senado (por 81 a 15) dos Estados Unidos da América (EUA) nos dias 14 e 15 de maio, o Presidente George W. Bush vetou-a, por acreditar que a lei obrigaria o governo a ceder uma quantia demasiadamente alta de dinheiro a fazendeiros ricos.

A nova *Farm Bill* – intitulada “Lei de Agricultura, Nutrição e Bioenergia de 2008” – contém quinze títulos sobre programas para produtos específicos, como conservação, comércio, nutrição, crédito, desenvolvimento rural e energia. Dentro desses programas, destaca-se o *Bioenergy Crop Transition Assistance Program*, que fornece incentivos financeiros e assistência técnica aos agricultores para acelerar a produção de etanol a partir de plantas nativas ou celulósicas. Desta maneira, busca-se reduzir a pressão sobre a plantação de mais milho e outros vegetais para a produção de biocombustíveis.

A Lei também aumenta o orçamento para os programas de conservação em US\$ 12 milhões. Estima-se que nos próximos dez anos, 42,5 milhões de hectares serão destinados a práticas agrícolas menos prejudiciais ao meio ambiente. No que se refere à ajuda alimentar (*food aid*) – tema criticado pelos Membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) – o projeto destina US\$ 15 milhões anuais para compras de alimentos para ajuda alimentar internacional. Isso reduziria a criticada prática estadunidense de enviar seus superávits agrícolas subsidiados a países em desenvolvimento (PEDs) como ajuda alimentar, o que cria uma erosão nos mercados locais e debilita a capacidade de produção de alimentos de tais países em longo prazo.

Dois aspectos da *Farm Bill* são de interesse especial para a América Latina e o Caribe: (i) a extensão, por dois anos, da Lei de Associação Comercial da Bacia do Caribe (CBTPA, sigla em inglês); e (ii) a implementação de algumas recomendações do Grupo Especial (GE) da OMC para o caso do algodão, iniciado pelo Brasil contra os EUA. No caso em questão, o Brasil solicitou que os programas de garantia de crédito a exportação dos EUA fossem modificados de modo a não subsidiar mais as exportações. A nova *Farm Bill* sugere modificações ao programa GSM 102 (*General Sales Manager*) e a eliminação dos programas GSM 103 e Programa de Garantia de Crédito a Fornecedores. Outras medidas questionadas pelo GE da OMC, como os pagamentos diretos, não foram, entretanto, eliminados.

Apesar das contribuições aportadas, especialistas consideram que o balanço final da *Farm Bill* 2008 é negativo. Para Dennis Olson, do *Institute for Agriculture and Trade Policy*, a Lei não contribui para mudar a insustentável direção geral da política alimentar dos EUA. Olson acredita que a desregulamentação do mercado agrícola estadunidense e as reformas aos bens básicos não reverterão a tendência à crescente concentração do mercado, à especulação e à manipulação.

O Presidente Bush, juntamente com o Secretário de Agricultura dos EUA, criticaram duramente o projeto de lei. Bush esperava reduzir o gasto com programas agrícolas em US\$ 10 bilhões e a nova *Farm Bill* aumenta-os em US\$ 20 bilhões. Apesar do veto presidencial, o projeto de lei recebeu forte apoio no Congresso e no dia 18 de maio, Bush decidiu estender os programas da *Farm Bill* 2002 por mais uma semana com o objetivo de conseguir modificar a recém aprovada lei.

Confusão

A versão da *Farm Bill* vetada pelo Presidente Bush não é idêntica à versão aprovada pelo Congresso, pois não traz uma sessão (de 34 páginas) sobre comércio, omitida por engano. Tal sessão poderá, entretanto, ser ratificada de outra forma – sem haver necessidade da toda a Lei passar por votação novamente.

Em 21 de maio a Câmara dos Deputados dos EUA anulou o veto do Presidente Bush, aprovando a *Farm Bill* com mais de dois terços da maioria (290 votos no total). Logo em seguida, em 22 de maio, o Senado também aprovou a Lei por 82 votos a favor e 13 contra. A presidente da Câmara dos Deputados dos EUA, Nancy Pelosi, afirmou que a anulação do veto presidencial terá força de lei. Esta é a primeira vez em 52 anos que o Senado anula um veto presidencial para a *Farm Bill*.

Tradução e complementação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal* Vol. 5, No. 10, 21 mai. 2008.

BREVES MULTILATERAIS

Brasil responde a questionamentos sobre subsídios perante a OMC

O sistema da Organização Mundial do Comércio (OMC) permite a requisição de consultas por parte de quaisquer Membros que tiverem dúvidas sobre a conformidade de medidas comerciais de outros às regras da Organização. Recentemente, certos programas e legislações no Brasil foram alvo de questionamento por parte de relevantes parceiros comerciais. Os Estados Unidos da América (EUA) e a União Européia (UE) questionaram a lei brasileira denominada “MP do bem”. Além disso, os EUA solicitaram esclarecimentos sobre os programas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (PROFROTA). Em relação a esses últimos, os pedidos de explicação restringiram-se ao período de vigência dos programas e à razão pela qual eles não foram incluídos nos últimos relatórios enviados à Organização.

No que tange aos incentivos fornecidos pela SUDAM e SUDENE, Taiwan solicitou consulta mais específica, ao questionar que tipos de empreendimentos estão aptos

a receber isenções tributárias. O Brasil esclareceu que, para gozar dos benefícios, os projetos precisam ser aprovados pelas duas agências, cujo parâmetro principal é a relação com a instalação, extensão e modernização de atividades em setores prioritários ao desenvolvimento das regiões, especialmente aqueles direcionados à infra-estrutura, turismo e extração mineral.

Sobre a medida provisória conhecida como “MP do bem”, posteriormente convertida em lei nacional, os EUA contestaram a alegação brasileira de que ela não confere vantagem coberta pelo Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias. O Brasil sustentou que a norma apenas garante a compensação de PIS e COFINS embutidos em estágios prévios de produção às empresas exportadoras, que já são isentas desses impostos em suas vendas imediatas. A declaração do ministro das finanças estimando a redução de arrecadação causada pelo pacote em cerca de R\$ 300 milhões ensejou dúvidas por parte dos EUA. A resposta brasileira justificou que essa cifra representa o valor previsto de perda na arrecadação de PIS e COFINS relacionado à aquisição de bens de capital pelas empresas exportadoras.

O Brasil buscou lembrar que os efeitos econômicos resultantes da legislação sobre PIS e COFINS são idênticos aos produzidos pelas leis nos sistemas que adotam imposto sobre valor agregado em outros países.

O documento conclui as explicações sobre a sistemática tributária questionada com a seguinte ressalva: o objetivo principal do sistema RECAP é simplificar os procedimentos administrativos de compensações e restituições de créditos fiscais decorrentes da aplicação de PIS e COFINS, quando previamente acumulados pelas empresas exportadoras. Com isso, a administração pública brasileira busca desonerar os procedimentos burocráticos e facilitar a aplicação da legislação relativa a esses impostos.

Os países requerentes nas consultas podem solicitar maiores informações sobre pontos que ainda julguem controvertidos. Se continuarem insatisfeitos com os esclarecimentos fornecidos, podem levar a questão à via contenciosa, solicitando o estabelecimento de um painel na OMC.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Organização Mundial do Comércio. G/SCM/Q2/BRA/21. (21/04/2008). Disponível em: <http://docsonline.wto.org/gen_searchResult.asp?search

hmode=simple&collections=&restriction_type=&synopsi
s=&subjects=&organizations=&products=&articles=&bo
dies=&types=&drsday=&dreday=&meet_date=&dpsday
=&dpeday=&mh=&c2=%40meta_Symbol&c3=%40meta
_Title&c4=%40Doc_Date&o4=%3E%3D&c5=%40Doc_
Date&o5=%3C%3D&c6=%40meta_Serial_Num&c8=%
40Derestriction_Date&c9=%40Derestriction_Date&q0=
&q4=&q5=&q8=&q9=&q2=G%2FSCM%2FQ2%2FBRA
&q3=&q6=&countries=&q1=&ddsday=&deday=&multip
arts=on&scndformat=off&ct=DDFEnglish%2CDDFFren
ch%2CDDFSpanish&search=Search&searchtype=simp
le>. Acesso em: 15 mai. 2008.

Organização Mundial do Comércio.
G/SCM/Q2/BRA/22. (21/04/2008). Disponível em:
<http://docsonline.wto.org/gen_searchResult.asp?searchmode=simple&collections=&restriction_type=&synopsi s=&subjects=&organizations=&products=&articles=&bo dies=&types=&drsday=&dreday=&meet_date=&dpsday =&dpeday=&mh=&c2=%40meta_Symbol&c3=%40meta _Title&c4=%40Doc_Date&o4=%3E%3D&c5=%40Doc _Date&o5=%3C%3D&c6=%40meta_Serial_Num&c8=% 40Derestriction_Date&c9=%40Derestriction_Date&q0 =&q4=&q5=&q8=&q9=&q2=G%2FSCM%2FQ2%2FBRA &q3=&q6=&countries=&q1=&ddsday=&deday=&multip arts=on&scndformat=off&ct=DDFEnglish%2CDDFFren ch%2CDDFSpanish&search=Search&searchtype=simp le>. Acesso em: 15 mai. 2008.

Valor Econômico. (15/05/2008). "Programa será observado e pode ser questionado na OMC". Disponível em:
<<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=429951>>. Acesso em: 20 mai. 2008.

Distorção nos critérios de sustentabilidade para biocombustíveis preocupa Brasil

O desenvolvimento de padrões de sustentabilidade para biocombustíveis tem sido o foco de divergências entre diversos parceiros comerciais. O Brasil expressa crescente objeção à possibilidade de que os padrões estipulados conduzam à imposição de barreiras comerciais.

Na Europa, o processo de definição dos critérios caminha lentamente, uma vez que existem divergências mesmo entre os Membros da União Européia (UE). O grupo de trabalho criado para desenvolver um projeto sobre o tema não logrou chegar a um acordo em sua última reunião, ocorrida em 7 de maio. A iniciativa é parte de um processo mais amplo de adoção de um pacote legislativo sobre mudanças climáticas, iniciado em 2008. (ver *Bridges Trade BioRes*, Vol. 8, No; 7, 18 abr. 2008, disponível

em: <<http://www.ictsd.org/biores/08-04-18/story2.htm>>).

Um dos principais pontos controversos foi a proposta que exige que os biocombustíveis apresentem um mínimo de 35% de redução nas emissões de gases de efeito estufa em relação aos combustíveis fósseis. Os países Membros da UE dividiram-se entre propostas de redução de maior e menor intensidade. O *Greenpeace* declarou apoio à sugestão, feita em relatório recente do Parlamento Europeu, de elevar o limite mínimo a 60%.

Os embaixadores europeus incluíram na pauta da reunião o controle sobre as condições ambientais, sociais e laborais envolvidas na produção de biocombustíveis importados. As propostas apresentadas variavam entre exigir dos países exportadores a assinatura de tratados que garantissem padrões mínimos e obrigá-los a reportar as condições adotadas em nível doméstico. Alguns embaixadores mostraram-se preocupados que as exigências fossem incompatíveis com o sistema da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Brasil alerta países contra medidas comerciais distorcivas

Maior exportador mundial de etanol, o Brasil tem acompanhado com grande interesse o desenvolvimento de critérios para biocombustíveis na Europa e em outros lugares. O etanol brasileiro produzido a partir da cana é eficiente e permite uma redução de emissões mais acentuada que outros biocombustíveis. André do Lago, diretor do departamento de energia do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, ressaltou a importância de que a Europa considere o etanol produto sustentável, uma vez que o mercado europeu constitui um importante destino para a produção nacional. O Brasil, entretanto, não hesitaria em apresentar queixa perante a OMC caso o sistema introduzido pela UE tenha caráter discriminatório, defende Lago.

Em outra frente, o Brasil direciona atenção às tarifas estadunidenses sobre o etanol nacional. O país há tempos contesta a desconformidade da atual tarifa de 54 centavos por galão em relação às regras da OMC. De acordo com o chefe das negociações do lado brasileiro, Roberto Azevedo, as tarifas servem para proteger a produção menos eficiente do etanol nos EUA, feito a partir do milho. Com a extensão de tais tarifas por mais dois anos, estipulada pela nova *Farm Bill* estadunidense (ver artigo relacionado nesta edição), o Brasil acena com uma possível queixa perante a OMC. O país pode também atacar, segundo ele, os subsídios pagos pelos EUA como apoio à mistura do etanol. Um representante dos produtores brasileiros concordou que várias soluções orientadas

ao consumo têm sido apresentadas pelo Brasil, porém a resposta do Congresso estadunidense continua direcionada ao protecionismo comercialmente distorcivo.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Trade Biores*, Vol. 8, No. 9, 16 mai. 2008.

BREVES REGIONAIS

Crise política na Bolívia

A Bolívia depara-se com uma crise política sem precedentes em sua história. Santa Cruz de la Sierra, sua província mais próspera, obteve aprovação de 85% dos eleitores para seu projeto de descentralização. Embora reivindique mais autonomia do governo central, analistas enxergam um viés separatista nesse empreendimento. Três outras províncias da chamada “meia lua” boliviana seguiram o exemplo de Santa Cruz e convocaram referendos para obtenção de maior autonomia. Por fim, a aprovação de uma lei que prevê um referendo revocatório dos mandatos do presidente e dos governadores agravou ainda mais as incertezas no país.

As reivindicações de descentralização são demandas antigas das províncias bolivianas. Há décadas Santa Cruz requer autonomia para controlar seus recursos naturais, recolher impostos, administrar sua própria reforma agrária e criar uma força policial. Contudo, os ânimos foram acirrados com a aprovação, em dezembro passado, do texto de uma nova Constituição, durante uma sessão especial da Assembléia Constituinte boliviana, da qual a oposição diz ter ficado de fora. O texto prevê a limitação dos direitos de propriedade rural e a promoção de uma reforma agrária, medidas que provocaram fortes reações na elite latifundiária local.

Também tem importância a questão étnica: a Carta prevê a concessão de maior autonomia aos grupos indígenas bolivianos – que representam cerca de 60% da população –, o que, segundo a oposição, incita o aprofundamento das divisões raciais. O movimento de contestação foi encabeçado pelos governadores (*prefectos*) das províncias, fortalecidos em 2005 pelas eleições de sufrágio direto.

A reação do Presidente Evo Morales ao resultado do referendo de Santa Cruz foi breve e comedida. Enquanto os autonomistas celebravam nas ruas,

Morales discursou em tom de seriedade e afirmou considerar a consulta um “fracasso”, qualificando-a de fraudulenta, ilegal e inconstitucional.

Morales conta com o apoio de diversos chefes de Estado, que procuram evitar um precedente de separatismo na região. A Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou uma resolução na qual os 34 países signatários manifestam sua solidariedade e apoio ao governo do Presidente Morales e às instituições democráticas do país. A resolução também pediu respeito à ordem constitucional e à integridade territorial da Bolívia, exortando todos os atores políticos, sociais e regionais a dialogar dentro da maior brevidade possível. O diálogo, contudo, parece não existir. O temor pelo crescimento das manifestações de violência preocupa, tendo levado o Secretário de Assuntos Políticos da OEA a considerar a crise boliviana uma crise humanitária.

Os referendos autonomistas não são, entretanto, o maior fator de incertezas políticas neste momento. Os bolivianos foram surpreendidos pela aprovação de uma lei que estabelece a realização de um referendo revocatório dos cargos dos chefes do Executivo (central e provincial), a ser realizado em agosto. Com confiança em sua popularidade, Morales, seu vice-presidente e a maioria dos governadores aceitaram submeter-se ao veredicto das urnas, cientes que superarão o desafio eleitoral e a crise institucional. Ademais, dado o sucesso eleitoral de Morales em 2005, sua remoção exigiria uma porcentagem superior a 53,74% dos votos. Não se sabe quem será favorecido por tal referendo, mas, de qualquer forma, pode-se vislumbrar um incremento das turbulências políticas caso o mandato de Morales seja revogado.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

BBC Brasil, *Referendo na Bolívia alimenta temores de crise interna* (02/05/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=450842>. Acesso em: 22 mai. 2008.

BBC Mundo, *La OEA respalda a Morales* (03/05/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=450842>. Acesso em: 22 mai. 2008.

Clarín, *En clima de violencia, ganó el "sí" por la autonomía en Santa Cruz* (05./05/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=451541>. Acesso em: 22 mai. 2008.

Clarín, *Los peligros de la crisis boliviana* (02/05/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=450655>. Acesso em: 22 mai. 2008.

La Nacion, *Un referéndum revocatorio que no pondría fin al conflicto* (10/05/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=453192>. Acesso em: 22 mai. 2008.

Valor Econômico. (15/05/2008). “Programa será observado e pode ser questionado na OMC”. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=429951>>. Acesso em: 20 mai. 2008.

CAN: novo modelo de desenvolvimento é necessário para enfrentar as mudanças climáticas

A mudança para um modelo de desenvolvimento menos nocivo ao meio ambiente é a opção “viável” para os países andinos, segundo o relatório da Secretaria Geral da Comunidade Andina (CAN), intitulado “As Mudanças Climáticas não têm Fronteiras”.

O documento, apresentado em 8 de maio passado, recapitula as causas e as conseqüências das mudanças climáticas na região andina e ressalta que as perdas conseqüentes das mudanças climáticas nos quatro países Membros da CAN poderão representar US\$ 30 bilhões em 2025 – o equivalente a 4.5 % do produto interno bruto (PIB) do bloco.

A primeira parte do estudo aborda a situação atual da humanidade e recorda que 6.5 bilhões de pessoas desejam ter um nível de vida similar àquele dos países desenvolvidos – o que gera uma pressão insustentável sobre os recursos naturais do planeta. A segunda parte do relatório ressalta a enorme riqueza em termos de biodiversidade, recursos naturais e serviços ambientais presente na região e aponta para a necessidade de recorrer ao conhecimento milenar das civilizações originais para encontrar respostas à adaptação às mudanças climáticas. O relatório lembra que a agricultura é a principal atividade econômica da CAN e que as alterações climáticas terão repercussões importantes para o desenvolvimento da região.

Na sessão sobre impactos das mudanças climáticas na região andina, destaca-se a multiplicação e a intensificação dos desastres naturais e a crescente

vulnerabilidade da população local a tais acontecimentos.

No que diz respeito aos desafios enfrentados pela região, o relatório questiona o paradigma determinante do desenvolvimento dos países em desenvolvimento (PEDs) ao lançar a pergunta: “é desejável que os PEDs alcancem o conteúdo e a quantidade do PIB *per capita* dos países desenvolvidos?”. Para responder a essa questão, o documento parte do pressuposto de que não há disponibilidade de recursos no planeta para tal aspiração. A solução seria, então, uma vida mais austera com a garantia de acesso a bens essenciais a todos. Nesse sentido a região deveria concentrar-se nos seguintes temas: (i) gestão da água; (ii) energia; (iii) biodiversidade; (iv) segurança alimentar; e (v) manejo das florestas, bem como intensificar os processos de integração em infra-estrutura (estradas), energia (construção de gasodutos) e promoção de acordos multinacionais que facilitem o acesso à água e que garantam o abastecimento alimentar.

O estudo conclui que a tarefa de proteger o meio ambiente da região andina tem um custo alto, mas que a responsabilidade deve ser compartilhada com o resto do mundo pelos importantes serviços ambientais que a região oferece.

O relatório completo encontra-se disponível em: <http://www.comunidadandina.org/public/libro_cambioclimatico.pdf>

Tradução de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal* Vol 5, No. 10, 21 mai. 2008.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:
<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

26 a 30 de maio
Reunião do Grupo de negociação para a facilitação do comércio

02 de junho
Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

03 de junho
Reunião do Comitê de Comércio de Serviços Financeiros

03 de junho
Reunião do Comitê de Compromissos Específicos

03 de junho
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Regras do GATS

UNCTAD

Local: Genebra, Suíça

Informações:
<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.asp?intltemID=2068>>

26 a 30 de maio
XI Reunião da Comissão de ciência e tecnologia para o desenvolvimento

26 de maio
Reunião do Grupo de Especialistas sobre o manual para a produção de estatísticas sobre a Economia da Informação

27 a 29 de maio
Encontro global sobre a avaliação da Sociedade da Informação

01 a 04 de junho
Workshop sobre resolução de controvérsias: Introdução á resolução de controvérsias; Acordos sobre Antidumping, Subsídios e Salvaguardas
Local: Riade, Arábia Saudita

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações:
<<http://www.mercosur.gov.ar/calendario.php>>.

26 de maio
Reunião intramercosul de relações exteriores
Local: Buenos Aires, Argentina

26 e 27 de maio
Reunião do Comitê Técnico Nº 5 "Defesa da Concorrência" (CT Nº5)
Local: Buenos Aires, Argentina

26 e 29 de maio
Reunião da Comissão da Saúde Vegetal (CSV)
Local: Buenos Aires, Argentina

26 e 30 de maio
Reunião do GTP sobre Quarentena Vegetal (GTPCV)
Local: Buenos Aires, Argentina

26 e 30 de maio
XVI Reunião do Grupo Ad Hoc para la Redação do Código Aduaneiro do Mercosul
Local: Buenos Aires, Argentina

27 e 28 de maio
Subgrupo de Trabalho Nº 13 "Comércio Eletrônico"
Local: Buenos Aires, Argentina

27 a 29 de maio
XCVIII Encontro Comissão Técnica
Local: Buenos Aires, Argentina

27 a 29 de maio
Grupo *Ad Hoc* de Serviços do ACE 35
Local: Buenos Aires, Argentina

27 a 30 de maio
IX Reunião Especializada de Agricultura Familiar
Local: Buenos Aires, Argentina

28 de maio
Reunião sobre Fundo pequenas e médias empresas
Local: Buenos Aires, Argentina

28 de maio
Reunião sobre Fundo pequenas e médias empresas
Local: Buenos Aires, Argentina

28 a 30 de maio
Reunião do Grupo Ad Hoc de Biotecnologia Agropecuária (GAHBA)
Local: Buenos Aires, Argentina

28 a 30 de maio
Reunião Especializada da Mulher - REM
Local: Buenos Aires, Argentina

29 e 30 de maio
Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia - RECT
Local: Buenos Aires, Argentina

30 de maio
Reunião de Ministros de Educação (RME)
Local: Buenos Aires, Argentina

30 de maio
Reunião de Ministros da Justiça (RMJ)
Local: Buenos Aires, Argentina

30 de maio
Reunião de Ministros de Educação (RME)
Local: Buenos Aires, Argentina

02 e 03 de junho
Reunião do Grupo de Trabalho sobre armas de fogo
Local: Buenos Aires, Argentina

02 e 03 de junho
XV Reunião do Grupo *ad hoc* de *experts* do FOCEM
Local: Buenos Aires, Argentina

02 a 06 de junho
Reunião do Subgrupo de Trabalho N.º. 3
"Regulamentos técnicos e avaliação da conformidade"
Local: Buenos Aires, Argentina

03 a 04 de junho
Grupo de Trabalho sobre não Proliferação de Armas de
Destruição Massiva
Local: Buenos Aires, Argentina

03 a 05 de junho
Reunião do Subgrupo de Trabalho N.º. 2
Local: Buenos Aires, Argentina

03 a 05 de junho
Reunião do Subgrupo de Trabalho N.º. 8 "Agricultura"
Local: Buenos Aires, Argentina

03 a 05 de junho
CI Reunião da Comissão de Comercio (CCM)
Local: Buenos Aires, Argentina

04 a 06 de junho
V Reunião Especializada de Ministérios Públicos
(REMPM)
Local: Buenos Aires, Argentina

05 e 06 de junho
Reunião Técnica da Incorporação da Normativa
Mecosul (RTIN)
Local: Buenos Aires, Argentina

05 e 06 de junho
Reunião Técnica do Grupo de Trabalho sobre Armas
de Fogo
Local: Buenos Aires, Argentina

05 e 06 de junho
XIV Reunião do Grupo de Trabalho sobre Armas e
Munições do Mercosul
Local: Buenos Aires, Argentina

CEPAL

Local: Santiago, Chile

Informações:
<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/default.asp?mes=12&agno=2007>>.

28 de maio
Seminário sobre sustentabilidade e indicadores
urbanos na América Latina e Caribe

05 de junho
"Seminário Internacional sobre Tendências Atuais no
Desenvolvimento de Cidades - Aeroportos e Governos
Locais"

Outros Fóruns

OCDE

Informações:
<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

24 a 26 de maio
Reunião de Ministros do Meio Ambiente do G-8
Local: Kobe, Japão

26 de maio
Fórum *África 2008: Medindo Oportunidades*
Local: Tóquio, Japão

26 e 27 de maio
Conferência Tributação, Reforma Estatal e
Capacitação para o Desenvolvimento na África
Local: Cidade do Cabo, África do Sul

28 e 29 de maio
Seminário e apresentação do relatório sobre Reforma
Regulatória no Brasil
Local: Brasília, Brasil

28 de maio
Workshop Novas Práticas de Empreendedorismo e
Inovação
Local: Copenhagen, Dinamarca

28 a 30 de maio
IV Conferência Internacional de Tóquio sobre
Desenvolvimento na África (TICAD, sigla em inglês)
Local: Tóquio, Japão

28 a 30 de maio
Reunião Ministerial Transporte e Energia: o Desafio da
Mudança Climática
Local: Leipzig, Alemanha

29 de maio
Divulgação do Relatório Conjunto FAO-OCDE sobre
Agricultura 2008
Local: Paris, França

30 de maio

Conferência sobre os resultados de Pisa 2006

Local: Chilpancingo, México

02 e 03 de junho

Reunião de Alto Nível de Oficiais de Orçamento

Local: Viena, Austria

02 e 06 de junho

Reunião do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento

Local: Paris, França

03 de junho

Conferência de imprensa para o lançamento do Relatório OCDE de Revisão de Políticas Rurais:

Holanda

Local: Paris, França

03 a 05 de junho

Reunião de Alto-nível da FAO sobre Segurança Alimentar Mundial e os Desafios da Mudança Climática e Bioenergia

Local: Roma, Itália

03 a 04 de junho

Conferência de Imprensa sobre Mudança Climática, Crescimento e Estabilidade: Fórum OCDE 2008

Local: Paris, França

04 de junho

Conferência de Imprensa para a Publicação do Relatório Econômico OCDE

Local: Paris, França

05 de junho

Apresentação do Relatório Econômico para a América Latina

Local: Berlim, Alemanha

05 e 06 de junho

Conferência sobre o Mercado Emergente de Universidades

Local: Reykjavik, Islândia

06 de junho

Publicação do Estudo Perspectivas para as Tecnologias em Eletricidade: Cenários e Estratégias até 2050

Local: Tóquio, Japão

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Ucrânia torna-se o 152º Membro da OMC

Em 16 de maio, após 14 anos de negociação, a OMC comunicou a acessão da Ucrânia à Organização. A fim de cumprir com as exigências de seu pacote de acessão, a Ucrânia teve de implementar uma série de reformas econômicas, inclusive cerca de 50 emendas a leis domésticas. De acordo com especialistas de comércio, a entrada do país na OMC trará benefícios em exportações de produtos agrícolas, químicos e metais. O pacote de acessão havia sido assinado em fevereiro deste ano entre o Presidente da Ucrânia, Viktor Yushchenko, e o Secretário-Geral da OMC, Pascal Lamy. Em abril, Kiev confirmou o processo após a aprovação do pacote, em ampla maioria, pelo Parlamento ucraniano. Segundo analistas, ao ingressar na OMC antes da Rússia, a Ucrânia terá maior influência sobre as já controversas negociações de acessão de Moscou e poderá, eventualmente, impor vetos ao processo em andamento. Para mais informações sobre a acessão da Ucrânia, ver: <http://www.wto.org/english/thewto_e/acc_e/a1_ukraine_e.htm>. Acesso em: 26 mai. 2008.

Países sul-americanos assinam tratado constitutivo da Unasul

Reunidos no Rio de Janeiro em 23 de maio, os chefes de Estado da América do Sul assinaram ao tratado que dá personalidade jurídica à União de Nações Sul-Americanas (Unasul). De acordo com o Presidente brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva, a Unasul avançará em projetos inovadores em áreas como conexões rodoviárias e ferroviárias, integração financeira e energética, entre outros. Nas palavras de Lula, a Unasul tornou-se cada vez mais uma necessidade para compartilhar posições entre os países da região em questões prioritárias como energia e meio-ambiente. Para uma análise mais detalhada a respeito do processo de formação da Unasul, ver próximo número do *Pontes Quinzenal*, que trará artigo sobre o tema.

CEPAL elege nova Secretária-Executiva

O Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, nomeou, em 13 de maio, Alicia Bárcena a nova Secretária Executiva da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). A mexicana ocupou o cargo do economista argentino José Luis Machinea. Bárcena possui uma longa trajetória política, diplomática e acadêmica e, durante vários anos foi Vice-Secretária Executiva da Cepal. Ultimamente, era Secretária Geral Adjunta para a Administração e, durante o mandato de Kofi Annan como Secretário-Geral da ONU, foi Chefe

de Gabinete. Para mais informações, ver: <<http://www.un.org/spanish/News/fullstorynews.asp?newsID=12432&criteria1=&criteria2=>>. Acesso em: 26 mai. 2008.

BRICs demonstram desempenho insatisfatório em ranking de PI

O GIPI (Índice Global de Propriedade Intelectual, sigla em inglês), elaborado pela Taylor Wessing, apresenta quadro analítico sobre o uso e a proteção da propriedade intelectual nas 22 maiores economias do mundo. Nesse ranking, os países conhecidos como BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) encontram-se nas últimas posições, o que significa que o respeito aos direitos de propriedade intelectual – notadamente, quanto a marcas, patentes e direitos do autor – ainda devem avançar. O Brasil, por exemplo, ocupa a 20ª posição, à frente apenas de Rússia e China. No topo da lista, encontram-se Reino Unido, EUA e Alemanha. Para mais informações, acessar: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/080505_piranking_mp.shtml>. Acesso em 25 mai. 2008.

Pesquisa do IPEA analisa concentração de riqueza no Brasil

O IPEA concluiu, em meados de maio, pesquisa que analisa diversos indicadores relativos à distribuição da riqueza no Brasil. Um dos dados revela que os 10% mais ricos do país concentram 75,4% da riqueza do país. O Presidente do IPEA, Márcio Pochmann, apresentou, em 15 de maio, os resultados da pesquisa ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), com o objetivo de oferecer elementos para o debate sobre uma reforma tributária no país. Pochmann identifica na carga tributária um dos fatores que mais contribui para tal desigualdade e, nesse sentido, o economista defende que os ricos paguem uma tributação exclusiva. Para mais informações, acessar: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 25 mai. 2008.

Lançamento de ferramenta sobre mudanças climáticas

O Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD, sigla em inglês), em colaboração com a ONU, lançou uma nova ferramenta para formuladores de políticas relacionadas às mudanças climáticas. A “Climate-L.ORG” agrega informações e notícias para formuladores de políticas sobre as ações de organizações internacionais em resposta às mudanças climáticas. Para acessar o conteúdo do site, ver: <<http://www.climate-l.org>>.

II Semana do Meio Ambiente

O Instituto Butantan, em parceria com a Rádio Eldorado, promoverá a II Semana do Meio-Ambiente, que ocorrerá de 1º a 5 de junho, em São Paulo. O evento debaterá, entre outros temas, a importância da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. A programação do evento pode ser consultada em: <<http://www.butantan.gov.br/semanadomeioambiente/>>. Acesso em: 26 mai. 2008.

Seminário sobre projetos de MDL

A InterNews organizará o seminário “Como estruturar projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) em um mercado em forte expansão” em 4 de junho. De acordo com os organizadores, a importância do curso justifica-se em análises que apontam para a duplicação do volume do mercado de Créditos de Carbono futuramente. Contribuirão para isso a decisão recentemente anunciada pela UE de reduzir mais 20% de suas emissões e o fato de todos os candidatos presidenciais dos EUA terem se demonstrado favoráveis à adesão estadunidense ao Protocolo de Quioto. Orientado para a elaboração de projetos de MDL, o seminário abordará temas como: “O Protocolo de Quioto e o processo de certificação de projetos de MDL”; “Certificação Gold Standard para projetos de energia renovável não-convencional e de eficiência energética”; “Análise do mercado de carbono e dos projetos de MDL”; além de estudos de casos diversos. As inscrições para o evento, que ocorrerá em São Paulo, variam de R\$ 1.780,00 a R\$ 1.970,00 e podem ser feitas por meio dos telefones: (11) 3751-3430 (SP) ou 0800-177707, ou pelo e-mail: <atendimento@internews.jor.br>.

Bolsas de Doutorado na França

O Programa Colégio Doutoral Franco-Brasileiro abriu inscrições até 30 de junho para candidaturas a bolsas de Doutorado-sanduíche na França, para início em outubro de 2008. São elegíveis para a contemplação da bolsa alunos brasileiros de cursos avaliados pela Capes com nota igual ou superior a cinco. Os benefícios incluem bolsas mensais de 1.100 mil euros, passagem aérea, auxílio-instalação e seguro saúde proporcional. Por tratar-se de um programa desenvolvido em parceria com a Capes, os doutorandos brasileiros terão o título automaticamente reconhecido e ambos os países. Para mais informações, acessar: <<http://www.capes.gov.br>>.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em:
http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

